



PREFEITURA DO
JABOATÃO
DOS GUARARAPES



Simulado Final
ISS Jaboatão dos
Guararapes PE

Auditor Fiscal Tributário
Pós-Edital

Simulado

Simulado Final ISS Jaboatão dos Guararapes PE (Auditor Fiscal Tributário)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Auditor Fiscal Tributário do ISS de Jaboatão dos Guararapes - PE**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/rmgAdpRfE7Hr8wtR8>

- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------------|
| 01 - (A) (B) (C) (D) (E) | 21 - (A) (B) (C) (D) (E) | 41 - (A) (B) (C) (D) (E) | 61 - (A) (B) (C) (D) (E) | 81 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 02 - (A) (B) (C) (D) (E) | 22 - (A) (B) (C) (D) (E) | 42 - (A) (B) (C) (D) (E) | 62 - (A) (B) (C) (D) (E) | 82 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 03 - (A) (B) (C) (D) (E) | 23 - (A) (B) (C) (D) (E) | 43 - (A) (B) (C) (D) (E) | 63 - (A) (B) (C) (D) (E) | 83 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 04 - (A) (B) (C) (D) (E) | 24 - (A) (B) (C) (D) (E) | 44 - (A) (B) (C) (D) (E) | 64 - (A) (B) (C) (D) (E) | 84 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 05 - (A) (B) (C) (D) (E) | 25 - (A) (B) (C) (D) (E) | 45 - (A) (B) (C) (D) (E) | 65 - (A) (B) (C) (D) (E) | 85 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 06 - (A) (B) (C) (D) (E) | 26 - (A) (B) (C) (D) (E) | 46 - (A) (B) (C) (D) (E) | 66 - (A) (B) (C) (D) (E) | 86 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 07 - (A) (B) (C) (D) (E) | 27 - (A) (B) (C) (D) (E) | 47 - (A) (B) (C) (D) (E) | 67 - (A) (B) (C) (D) (E) | 87 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 08 - (A) (B) (C) (D) (E) | 28 - (A) (B) (C) (D) (E) | 48 - (A) (B) (C) (D) (E) | 68 - (A) (B) (C) (D) (E) | 88 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 09 - (A) (B) (C) (D) (E) | 29 - (A) (B) (C) (D) (E) | 49 - (A) (B) (C) (D) (E) | 69 - (A) (B) (C) (D) (E) | 89 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 10 - (A) (B) (C) (D) (E) | 30 - (A) (B) (C) (D) (E) | 50 - (A) (B) (C) (D) (E) | 70 - (A) (B) (C) (D) (E) | 90 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 11 - (A) (B) (C) (D) (E) | 31 - (A) (B) (C) (D) (E) | 51 - (A) (B) (C) (D) (E) | 71 - (A) (B) (C) (D) (E) | 91 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 12 - (A) (B) (C) (D) (E) | 32 - (A) (B) (C) (D) (E) | 52 - (A) (B) (C) (D) (E) | 72 - (A) (B) (C) (D) (E) | 92 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 13 - (A) (B) (C) (D) (E) | 33 - (A) (B) (C) (D) (E) | 53 - (A) (B) (C) (D) (E) | 73 - (A) (B) (C) (D) (E) | 93 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 14 - (A) (B) (C) (D) (E) | 34 - (A) (B) (C) (D) (E) | 54 - (A) (B) (C) (D) (E) | 74 - (A) (B) (C) (D) (E) | 94 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 15 - (A) (B) (C) (D) (E) | 35 - (A) (B) (C) (D) (E) | 55 - (A) (B) (C) (D) (E) | 75 - (A) (B) (C) (D) (E) | 95 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 16 - (A) (B) (C) (D) (E) | 36 - (A) (B) (C) (D) (E) | 56 - (A) (B) (C) (D) (E) | 76 - (A) (B) (C) (D) (E) | 96 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 17 - (A) (B) (C) (D) (E) | 37 - (A) (B) (C) (D) (E) | 57 - (A) (B) (C) (D) (E) | 77 - (A) (B) (C) (D) (E) | 97 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 18 - (A) (B) (C) (D) (E) | 38 - (A) (B) (C) (D) (E) | 58 - (A) (B) (C) (D) (E) | 78 - (A) (B) (C) (D) (E) | 98 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 19 - (A) (B) (C) (D) (E) | 39 - (A) (B) (C) (D) (E) | 59 - (A) (B) (C) (D) (E) | 79 - (A) (B) (C) (D) (E) | 99 - (A) (B) (C) (D) (E) |
| 20 - (A) (B) (C) (D) (E) | 40 - (A) (B) (C) (D) (E) | 60 - (A) (B) (C) (D) (E) | 80 - (A) (B) (C) (D) (E) | 100 - (A) (B) (C) (D) (E) |

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

Considere o texto abaixo para responder às questões a seguir.

O que nos aconteceu? Como viemos parar aqui? Nada abrupto, seguramente, como costumam sugerir as mitologias das mais diversas tradições, mas em algum momento da sua mais remota ancestralidade os humanos foram tocados pela teima interrogante do saber.

Paulatinamente, o animal humano adquiriu uma capacidade que o distingue de todas as outras espécies naturais: a peculiar aptidão de recuar e se distanciar de si; de olhar para sua condição de um ponto de vista externo, como um ser entre os outros seres, e de se questionar acerca do seu próprio destino como pessoa, coletividade e gênero.

"De onde viemos, por que vivemos, quem somos, o que vem depois?" O desejo de conhecer a verdade sobre o significado e o fundamento último da nossa existência, de um lado, e a necessidade de apaziguar essa inquietação e saciar a fome de sentido, de outro, alimentaram as incontáveis tentativas de formular narrativas e cosmologias que atendam a essas demandas e permitam, de tempos em tempos, reafirmar a crença na vida. Assim como, quer o queiramos quer não, temos todos uma moral e uma escala de valores, assim também, quer o saibamos quer não, temos todos uma metafísica: o desespero do niilista não menos que o êxtase do místico; a mitologia dos tupinambás ameríndios não menos que o positivismo lógico de Viena refletem a eterna demanda. Mas, se a fome de sentido é uma invariante da condição humana, as formas e estratégias de aplacá-la variam ao infinito.

(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. Trópicos utópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 26)

01. A ideia central defendida no texto é a de que:

- a) a busca por um sentido para a vida é comum e inerente à humanidade, independentemente do momento histórico ou nível civilizatório, embora se manifeste de modo infinitamente variável.
- b) apenas o ser humano desenvolveu uma aptidão de recuar e se distanciar de si; de olhar para sua condição de um ponto de vista externo, capacidade que o distingue de todas as outras espécies naturais.
- c) todos possuem uma metafísica, mesmo os niilistas e místicos, que reflete a busca das sociedades civilizadas por respostas atemporais.
- d) a fome de sentido varia ao infinito entre as sociedades, ao passo que as estratégias para satisfazê-la são uma constante humana.
- e) a filosofia moderna ensejou o desejo de conhecer a verdade sobre o significado e o fundamento último da nossa existência, assim como a necessidade de apaziguar e saciar a fome de sentido.

02. Infere-se corretamente do texto que:

- a) as diversas mitologias de diferentes culturas costumam ilustrar o interesse humano pelas questões existenciais como algo não instantâneo.
- b) se questionar acerca do seu próprio destino como ser, coletividade e gênero é aptidão exclusiva dos humanos e dos deuses, que nas mitologias são retratados como humanos imortais.
- c) todos possuem uma moral metafísica e um conjunto de valores, até os tupinambás ameríndios refletem logicamente sobre questões existenciais.
- d) o desespero do niilista, o êxtase do místico, a mitologia dos tupinambás ameríndios e o positivismo lógico são todas instâncias de metafísica que derivam da eterna e universal demanda pelo sentido da vida.
- e) as incontáveis tentativas de formular narrativas e cosmologias que esgotem as dúvidas existenciais permitem reafirmar a crença na vida quando é necessário.

03. "Paulatinamente, o animal humano adquiriu uma capacidade que o distingue de todas as outras espécies naturais: a peculiar aptidão de recuar e se distanciar de si; de olhar para sua condição de um ponto de vista externo, como um ser entre os outros seres, e de se questionar acerca do seu próprio destino como pessoa, coletividade e gênero." (primeiro parágrafo)

O vocábulo destacado foi empregado no contexto como sinônimo de:

- a) Progressivamente;
- b) Absolutamente;
- c) Ambiciosamente;
- d) Gradualmente;
- e) Adaptativamente.

04. As aspas no último parágrafo foram empregadas para:

- a) indicar ironia do autor em relação às questões filosóficas da existência;
- b) isolar a reprodução literal de terceiros, num argumento de autoridade;
- c) indicar exemplos de questões existenciais da humanidade em geral;
- d) destacar lista exaustiva de questões filosóficas atemporais;
- e) sinalizar sentido figurado das dúvidas metafísicas;

05. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- a) como costumam sugerir as mitologias (1º parágrafo) = como habitualmente se inventam mitos
- b) Nada abrupto, seguramente (1º parágrafo) = Certamente algo não de todo repentino
- c) o animal humano adquiriu uma capacidade que o distingue (2º parágrafo) = o homem desenvolveu habilidade disruptiva

- d) o fundamento último da nossa existência (3º parágrafo) = a razão mesma da existência humana
- e) alimentaram as incontáveis tentativas de formular narrativas (3º parágrafo) = nutriram infinitas histórias tentadoras

06. Assim como, quer o queiramos quer não, temos todos uma moral e uma escala de valores... (terceiro parágrafo)

O vocábulo destacado se classifica como

- a) verbo;
- b) conjunção;
- c) substantivo;
- d) advérbio;
- e) interjeição.

07. *O que nos aconteceu?*

O texto é produzido em primeira pessoa. Caso a pergunta acima fosse reproduzida numa forma de discurso indireto, a forma adequada seria:

- a) O autor pergunta: "o que nos aconteceu?"
- b) O que nos aconteceu? — indaga o autor.
- c) O autor questiona o que nos havia acontecido.
- d) O que nos acontecera? — perguntou o autor.
- e) O autor indaga "o que nos tinha acontecido?"

08. *Mas, se a fome de sentido é uma invariante da condição humana, as formas e estratégias de aplacá-la variam ao infinito.*

A conjunção destacada expressa:

- a) uma hipótese;
- b) um fato admitido;
- c) uma concessão;
- d) um evento incerto;
- e) uma ressalva;

09. *mas em algum momento da sua mais remota ancestralidade os humanos foram tocados pela teima interrogante do saber. (1º parágrafo).*

Ao se transpor o trecho acima para a voz ativa, a forma verbal resultante será:

- a) tocaram
- b) tocam
- c) tocou
- d) tocou-se
- e) tocavam

10. Observe os segmentos:

...o animal humano adquiriu uma capacidade

O desejo de conhecer a verdade

...refletem a eterna demanda

Substituindo-se os termos sublinhados por formas pronominais, tem-se, respectivamente, a sequência:

- a) adquiriu-a; conhecê-la; refletem-lhe.
- b) adquiriu-a; lhe conhecer; refletem-lhe.
- c) adquiriu-lhe; conhecê-la; refletem-lhe.
- d) adquiriu-a; conhecer-lhe; refletem-na.
- e) adquiriu-a; conhecê-la; refletem-na.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Eduardo Mocellin

11. Armando, Breno e Caio usam, cada qual, um único meio de transporte para se dirigir ao trabalho. Os meios de transporte que eles usam são carro, metrô e moto, não necessariamente nessa ordem. Além disso, as idades dos três são 28, 42 e 44 anos, não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que Armando vai para o trabalho de metrô, a pessoa que tem 28 anos usa uma moto para ir ao trabalho e Caio tem 44 anos. Com base nessas informações, é correto afirmar que

- a) Breno tem 28 anos.
- b) Armando tem 28 anos.
- c) Breno usa um carro para ir ao trabalho.
- d) Caio usa uma moto para ir ao trabalho.
- e) Armando não tem 42 anos.

12. Um *coach* para concursos públicos enviou as seguintes dicas para o seu orientado via aplicativo de mensagens:

- Primeira mensagem: “se você não decorar as principais equivalências lógicas, então você não acertará as questões de Raciocínio Lógico.”
- Segunda mensagem: “você não decora as principais equivalências lógicas ou você acerta as questões de Raciocínio Lógico.”

O orientado, muito dedicado, decorou as principais equivalências lógicas. Por outro lado, ele acatou a recomendação de um vidente, que o proibiu de acertar as questões de Raciocínio Lógico, pois isso traria azar para sua vida amorosa. A recomendação do vidente fez com que o orientado:

- a) Contrariasse as duas mensagens do coach.
- b) Não contrariasse nenhuma das mensagens do coach.
- c) Contrariasse a primeira mensagem do coach e não contrariasse a segunda.
- d) Contrariasse a segunda mensagem do coach e não contrariasse a primeira.
- e) Contrariasse a primeira mensagem do coach, podendo ou não contrariar a segunda.

13. No período de 2025 a 2099, os anos bissextos são aqueles divisíveis por 4. Sabendo-se que 2025 terá 53 quartas-feiras, o primeiro ano desse período em que o dia 1º de janeiro cairá em uma segunda-feira será

- a) 2027
- b) 2028
- c) 2029
- d) 2030
- e) 2031

14. Cinco auditores fiscais promoveram uma reunião: Leonardo, Mateus, Norberto, Eduardo e Pedro. Cada auditor chegou ao local programado em um momento diferente e constatou-se que:

- I. No momento em que Leonardo chegou na reunião, outros três auditores já haviam chegado.
- II. Pedro chegou na reunião antes de Mateus.
- III. Eduardo não foi o primeiro auditor a chegar na reunião.
- IV. Norberto chegou na reunião imediatamente após Eduardo.

É correto afirmar que:

- a) Pedro foi o terceiro auditor a chegar na reunião.
- b) Mateus foi o último auditor a chegar na reunião.
- c) Eduardo chegou na reunião depois de Leonardo.
- d) Mateus chegou na reunião antes de Leonardo.
- e) Norberto chegou na reunião depois de Mateus.

15. Dois casais vão ao cinema e desejam se sentar todos juntos, de forma que cada marido sente ao lado da sua respectiva esposa. Sabendo-se que a fila da plateia escolhida para que todos se sentem possui 10 lugares, todos vagos, o número de formas distintas que os dois casais podem se sentar na fila escolhida é:

- a) 24
- b) 48
- c) 56

d) 168

e) 210

MATEMÁTICA FINANCEIRA E ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

16. Um servidor atrasou em 15 dias o pagamento de uma dívida de R\$ 40.000, contraída durante a pandemia, cuja taxa de juros é de 21% ao mês no regime de capitalização simples.

No regime de capitalização simples, o valor dos juros na situação apresentada será x reais maior que no regime de capitalização composta. Calcule o valor de x

- a) R\$ 100,00
- b) R\$ 120,00
- c) R\$ 150,00
- d) R\$ 200,00
- e) R\$ 250,00

17. O preço à vista de um apartamento é R\$ 210.000,00. Jorge fez uma proposta ao proprietário para adquirir esse imóvel pagando o em três parcelas iguais, a primeira à vista, a segunda após 1 ano e a terceira depois de 2 anos. O proprietário aceitou a proposta, desde que fossem cobrados juros compostos de 100% ao ano sobre o saldo devedor após o pagamento de cada parcela. Nas condições impostas pelo proprietário, o valor de cada uma das três parcelas a serem pagas por Jorge, em reais, deverá ser igual a

- a) 120.000,00
- b) 90.000,00
- c) 100.000,00
- d) 70.000,00
- e) 130.000,00

18. Um financiamento no valor de R\$ 360.000,00 deve ser pago em 180 prestações mensais, pelo Sistema de Amortizações Constantes - SAC, a uma taxa nominal de 12% ao ano, vencendo a primeira prestação ao fim do primeiro mês, a segunda ao fim do segundo mês e assim sucessivamente. Calcule o valor mais próximo da décima prestação.

- a) R\$ 5.600,00
- b) R\$ 5.420,00
- c) R\$ 5.400,00
- d) R\$ 5.380,00
- e) R\$ 5.500,00

O enunciado a seguir refere-se às questões **19** e **20**.

Em um experimento binomial com três provas, a probabilidade de ocorrerem dois sucessos é doze vezes a probabilidade de ocorrerem três sucessos.

19. Calcule a probabilidade de fracasso

- a) 20%
- b) 60%
- c) 70%
- d) 75%
- e) 80%

20. Calcule o valor de $F(1)$, onde F é a função distribuição acumulada de probabilidade

- a) 89,6%
- b) 91,2%
- c) 88,4%
- d) 92,4%
- e) 86,8%

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

21. Yanderleidson é Governador do Estado X, cuja Assembleia Legislativa editou a Lei nº Y, dispondo sobre a Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais. Uma vez que a norma teve a constitucionalidade questionada em uma série de ações, o Governador deseja ajuizar uma ação de controle abstrato de constitucionalidade, perante o STF, visando a confirmar a constitucionalidade da citada lei.

À luz dessa situação, pode-se afirmar corretamente que:

- a) a ação cabível para a finalidade pretendida é a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), que deve ser julgada procedente, mas o Governador não é parte legítima ao seu ajuizamento
- b) a ação cabível para a finalidade pretendida é a ADC, que deve ser julgada procedente, sendo o Governador parte legítima ao seu ajuizamento
- c) não é cabível ADC para a finalidade pretendida, não obstante o Governador seja um dos legitimados ao ajuizamento dessa ação
- d) é cabível o ajuizamento de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), mas o Governador não é parte legítima ao seu ajuizamento
- e) é cabível ação direta de inconstitucionalidade (ADI) em relação ao ato legislativo, não sendo, porém, o Governador legitimado ao ajuizamento

22. A respeito do Sistema Tributário, da Ordem Econômica e da Ordem Social, pode-se afirmar corretamente que:

- a) é vedado aos entes federativos instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros
- b) é vedado aos entes federativos instituir impostos sobre entidades religiosas e templos de qualquer culto, excetuadas suas organizações assistenciais e beneficentes
- c) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para os setores público e privado
- d) É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas de qualquer natureza
- e) Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até trinta anos

23. A respeito da organização do Estado, julgue os itens a seguir:

- I – Os Municípios, apesar de serem considerados entes federativos, não possuem autonomia política nem capacidade de autolegislação, embora sejam dotados de autogoverno.
- II – Cabe aos Estados explorar, diretamente ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, assegurada a edição de medida provisória para a regulamentação da matéria.
- III – Compete aos Municípios organizar, criar e suprimir distritos, observada a legislação estadual a respeito.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns), apenas:

- a) I
- b) II

- c) III
- d) II e III
- e) I e III

24. Sobre o Poder Constituinte, pode-se afirmar com correção que:

- a) é cabível ação direta de inconstitucionalidade contra normas constitucionais originárias
- b) as normas oriundas do poder constituinte derivado reformador são insuscetíveis de controle de constitucionalidade
- c) é vedada a emenda à Constituição na vigência de estado de defesa, estado de sítio ou de intervenção federal ou estadual
- d) não será objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a abolir as limitações constitucionais ao poder de tributar
- e) as emendas à Constituição devem ser aprovadas em três turnos em cada Casa do Congresso Nacional.

25. Janderleide, brasileira nata, foi enviada às Olimpíadas de Paris-2024 para representar o Brasil na modalidade *tiro com pistola de ar 10m*. Conforme reconhecimento do Ministério do Esporte do Brasil, foi considerado que ela encontrava-se representando oficialmente o Brasil no evento esportivo. Grávida de 7 meses, Janderleide, emocionada após ganhar a medalha de prata, terminou por dar à luz a Janderleide Filha, nascida no Hospital do 16º *arrondissement* de Paris. Após a competição, ambas retornaram ao Brasil, quando então a família descobriu que Janderleide Filha:

- a) é brasileira naturalizada
- b) é brasileira nata
- c) pode fazer opção pela nacionalidade brasileira, após a maioridade
- d) é estrangeira
- e) pode naturaliza-se brasileira.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

- 26.** Iniciado o processo licitatório para a contratação de serviços de engenharia destinados à reforma de um imóvel de propriedade pública, observou-se que seria mais benéfico vender o imóvel e, com o valor obtido, adquirir um novo bem que atenda melhor às necessidades atuais da Administração Pública. Com a intenção de adotar essa orientação, com base no que dispõe a Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que a Administração
- a) deverá anular a licitação, por ter ocorrido vício de legalidade, desde que ainda não tenham sido apresentadas as propostas.
 - b) deverá revogar a licitação, por vício de legalidade, ainda que já tenha ultrapassado a fase de apresentação das propostas.
 - c) deverá realizar licitação na modalidade concorrência, devendo o edital ser previamente retificado para autorizar a alienação onerosa do imóvel.
 - d) deverá abrir procedimento para iniciar licitação na modalidade diálogo competitivo, para dialogar com os interessados sobre as vantagens e desvantagens da alienação do imóvel.
 - e) poderá realizar leilão para realizar a alienação onerosa do imóvel, desde que observadas as demais exigências legais, revogando a licitação anterior e iniciando um novo processo.

- 27.** Considere que o Chefe do Poder Executivo de determinado município pretenda firmar parceria com organização da sociedade civil, transferindo-lhe recursos financeiros, para oferecer aos cidadãos serviços relacionados à valorização da diversidade cultural e da educação para a cidadania ativa, com a finalidade de atender a interesse público e recíproco, sendo que a iniciativa partiu do próprio município. Com base no que prevê a legislação sobre as parcerias – Lei nº 13.019/2014, é correto afirmar que:
- a) o instrumento a ser firmado para a celebração da referida parceria é o termo de colaboração.
 - b) a entidade e o poder público devem firmar o chamado termo de fomento, para permitir a transferência dos recursos necessários à execução das atividades.
 - c) o acordo de cooperação é o instrumento a ser firmado no caso, tendo em vista que o ajuste envolve a transferência de recursos financeiros.
 - d) para que possa ser considerada uma organização da sociedade civil, a entidade deve ter personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, independentemente da possibilidade de distribuição de lucro entre os seus sócios ou associados.
 - e) o administrador não poderia firmar nenhum tipo de parceria com a entidade mencionada no enunciado, pois a lei veda expressamente que as organizações da sociedade civil tenham como objeto questões relacionadas à diversidade cultural, objeto de legislação própria.

28. Acerca da responsabilidade civil estatal, à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta

- a) o Estado possui responsabilidade civil direta, primária e subjetiva pelos danos que notários e oficiais de registro, no exercício de serviço público por delegação, causem a terceiros.
- b) não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.
- c) mesmo que observe o seu dever específico de proteção previsto na Constituição Federal, o Estado é responsável pela morte de detento.
- d) a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, uma vez que o autor do ato é parte ilegítima para a ação, salvo quando comprovado o seu dolo ou culpa.
- e) o Estado responde de forma subjetiva pelos danos causados a profissional de imprensa ferido, por policiais, durante cobertura jornalística de manifestação pública em que ocorra tumulto ou conflito, mesmo quando violada ordem ostensiva e clara quanto à proibição de acesso às áreas de risco, uma vez que o direito de imprensa deve prevalecer sobre a restrição estatal.

29. José é servidor público concursado e está respondendo, em ação ajuizada pelo Ministério Público, pela prática de ato de improbidade administrativa consistente no recebimento de vantagem econômica para facilitar a locação de bem público por preço inferior ao valor de mercado. Foi informado de que a Lei de Improbidade Administrativa passou por mudanças significativas e que uma delas se refere às sanções que poderão ser aplicadas. A respeito desse tema, é correto afirmar que José

- a) não estará mais sujeito à pena de perda da função pública, mas poderá ter os direitos políticos suspensos por prazo não superior a quatorze anos.
- b) poderá ser condenado a pagar multa civil correspondente ao triplo do valor do dano causado.
- c) poderá sofrer a sanção de proibição de contratar com o poder público por prazo não superior a quatorze anos, podendo a sanção, excepcionalmente, extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade.
- d) poderá perder a função pública, sendo que os efeitos jamais poderão se estender aos demais vínculos que o agente porventura possua na Administração.
- e) sofrerá as sanções da Lei de Improbidade de imediato, sendo desnecessário aguardar o trânsito em julgado da sentença condenatória para executá-las.

30. A Lei de Acesso à Informação dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto na Constituição Federal. Não está de acordo com as diretrizes e conceitos trazidos pela Lei nº 12.527/2011:

- a) a autenticidade consiste na qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
- b) conceitua-se a informação sigilosa como aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.
- c) para assegurar o direito fundamental de acesso à informação, deve-se fomentar o desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.
- d) o sigilo, dada a natureza sensível da atividade estatal, é a regra, aplicando-se o controle social apenas aos casos de informações de interesse público.
- e) a divulgação de informações de interesse público deve ocorrer independentemente de solicitações.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

31. Com relação à prescrição e à decadência, assinale a alternativa correta.

- a) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão, reduzido porém à metade.
- b) A prescrição iniciada contra uma pessoa interrompe-se com sua morte, reiniciando a contagem contra os seus sucessores.
- c) Não corre prescrição pendendo condição resolutiva.
- d) A prescrição intercorrente observará o mesmo prazo de prescrição da pretensão, observadas as causas de impedimento, de suspensão e de interrupção da prescrição previstas no Código Civil.
- e) É nula a renúncia à decadência legal ou convencional.

32. Com relação à evicção, assinale a alternativa correta.

- a) Podem as partes, por cláusula expressa, reforçar ou diminuir, mas não excluir a responsabilidade pela evicção.
- b) O preço a ser indenizado ao evicto corresponde ao valor da coisa na época de sua aquisição, com atualização monetária.
- c) As benfeitorias úteis ou voluptuárias, não abonadas ao que sofreu a evicção, serão pagas pelo alienante.
- d) Se não for considerável a evicção parcial, caberá somente direito a indenização, não sendo facultado ao evicto optar pela rescisão do contrato.
- e) O adquirente pode demandar pela evicção, ainda que soubesse que a coisa era alheia ou litigiosa.

DIREITO EMPRESARIAL*Cadu Carrilho*

- 33.** Em relação as regras que constam na legislação sobre as sociedades que não possuem personalidade jurídica, marque a opção que está de acordo com a norma atualmente em vigor:
- a) Na sociedade em comum, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.
 - b) Os bens sociais das sociedades em conta de participação respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, salvo pacto expresse limitativo de poderes, que somente terá eficácia contra o terceiro que o conheça ou deva conhecer.
 - c) Para a sociedade em comum, têm-se a regra de que todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem aquele que contratou pela sociedade.
 - d) O contrato social da sociedade em comum produz efeito somente entre os sócios, e a eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro não confere personalidade jurídica à sociedade.
 - e) Na sociedade em conta de participação tomam parte sócios de duas categorias: os comanditados, pessoas físicas, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais; e os comanditários, obrigados somente pelo valor de sua quota, cabe ao contrato social discriminar os comanditados e os comanditários.

DIREITO PENAL*Renan Araújo*

- 34.** Mauro e Pablo sequestraram Ana Paula, no dia 15.04.2024, com o fim de exigir determinada quantia como condição para a libertação da vítima. Em 12.05.2024, quando Ana Paula ainda estava em cativeiro, sobreveio nova lei penal alterando a pena cominada ao crime de extorsão mediante sequestro. Duas semanas depois, a vítima foi libertada, sem que os infratores tivessem conseguido obter a vantagem econômica pretendida.
- Nesse caso, considerando que se trata de crime permanente, é correto afirmar que:
- a) A nova lei penal será aplicada ao crime praticado por Mauro e Pablo, ainda que a alteração seja prejudicial aos agentes, pela teoria da ação.
 - b) A nova lei penal será aplicada ao crime praticado por Mauro e Pablo, desde que a alteração seja benéfica aos agentes, pela teoria da atividade.
 - c) A nova lei penal não será aplicada ao crime praticado por Mauro e Pablo, pelo princípio da irretroatividade da lei penal.
 - d) A nova lei penal será aplicada ao crime praticado por Mauro e Pablo, ainda que a alteração seja prejudicial aos agentes, pela teoria da ubiquidade.
 - e) A nova lei penal não será aplicada ao crime praticado por Mauro e Pablo, pela teoria da atividade.

35. Hugo, auditor-fiscal do município BETA, ocupante de cargo em comissão, exigiu da empresa “5G PROVIDORA DE INTERNET LTDA” o pagamento de determinado tributo municipal. Hugo, porém, sabia que o tributo não era devido, pois já havia sido pago. Todavia, ainda assim realizou a cobrança.

A conduta de Hugo, nesse caso, configura:

- a) crime de corrupção passiva privilegiada, com aumento de pena de um terço em razão do cargo ocupado.
- b) crime de excesso de exação, sem majoração.
- c) crime de excesso de exação, com aumento de pena de um terço em razão do cargo ocupado.
- d) crime de concussão, com aumento de pena de um terço em razão do cargo ocupado.
- e) crime de concussão, sem majoração.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Emannuelle Gouveia

36. “Os efeitos de uma transação em caso de sucesso devem persistir no banco de dados mesmo em casos de quedas de energia, travamentos ou erros”. Essa é a descrição de uma característica da transação chamada:

- a) Durabilidade.
- b) Atomicidade.
- c) Consistência.
- d) Isolamento.
- e) Variabilidade.

37. A classe de comandos SQL que tem por função a manipulação de dados é a:

- a) DDC.
- b) DDL
- c) DML
- d) DCL
- e) TCL.

38. Das letras abaixo marque aquela que contém princípios básicos da LGPD:

- a) finalidade, urgência.
- b) finalidade, necessidade
- c) adequação, indisponibilidade
- d) segurança, sigilo.
- e) adequação, sigilo:

39. Dos gráficos abaixo, marque aquele que é mais utilizado para representar o progresso dos valores de uma variável no transcorrer do tempo.

- a) Pizza.
- b) Barra
- c) Coluna.
- d) De Dispersão.
- e) De Linha.

40. São características comuns de uma arquitetura de big data:

- a) Escalabilidade e ausência de tolerância a falhas.
- b) Dados distribuídos e processamento distribuído.
- c) Dados distribuídos e processamento centralizado.
- d) ausência de escalabilidade e tolerância a falhas.
- e) escalabilidade e processamento centralizado.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO*Fernando Pedrosa*

Acerca de **Metodologias Ágeis**, julgue os itens subsequentes.

41. Sobre conceitos fundamentais de Scrum, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Scrum é um Framework ágil, simples e leve, para a gestão do desenvolvimento de produtos complexos.
- b) É Iterativo e incremental, entrega valor com frequência e reduzindo os riscos do projeto.
- c) Baseia-se no empirismo, isto é, nas experiências práticas de desenvolvimento.
- d) É prescritivo, isto é, estabelece um conjunto de práticas sobre como executar as tarefas de desenvolvimento de software.
- e) Pode ser aplicado na gestão de produtos em geral, não se atendo apenas a produtos de software.

Acerca de **COBIT 2019**, julgue os itens subsequentes.

42. Assinale a alternativa que define corretamente o que é o COBIT 2019.

- a) É uma descrição completa de todo ambiente de TI de uma organização
- b) É um Framework para gestão e governança empresarial de Informação & Tecnologia (I&T)
- c) É um framework de processos de negócio
- d) É um framework de tecnologias
- e) É uma descrição de Arquitetura Corporativa

43. Segundo o COBIT 2019, quais são os três benefícios principais da Governança de TI?

- a) Retorno Financeiro, Controles Internos e Retenção de Talentos
- b) Eficiência de Processos, Visibilidade de Erros e Melhoria de Reputação
- c) Criação de Valor, Otimização de Riscos e Otimização de Recursos
- d) Resposta a ameaças, Aprendizado e Crescimento e Inovação
- e) Oportunidade para investimentos, Vantagem competitiva e Boa relação com stakeholders

Acerca de **ITIL 4**, julgue os itens subsequentes.

44. Sobre a prática de Central de Serviços na ITIL 4, assinale a alternativa correta.

- a) A central de serviços trata, essencialmente, incidentes ou dúvidas de tecnologia. Suporte a pessoas e outros negócios é tratado pela prática de Gerenciamento de Relacionamento.
- b) Toda chamada na central de serviços é registrada como um incidente, pois isso garante que os procedimentos de investigação e atendimento sejam seguidos.
- c) Uma central de serviços do tipo "Follow the Sun" utiliza grupos de suporte ao redor no mundo para prover serviços em diferentes fusos horários.
- d) Um dos objetivos da central de serviços é de resolver todos os incidentes no primeiro nível, para eliminar a necessidade de procedimentos de escalonamento.
- e) É recomendado uso de soluções em nuvem para roteamento e escalonamento de incidentes, sendo desaconselhada a utilização de outros canais de comunicação, como telefone email e portais web.

45. Sobre a prática de Controle de Mudanças na ITIL V4, assinale a alternativa correta.

- a) Mudança é a a adição, modificação ou remoção de qualquer coisa que possa ter um efeito direto, apenas, nos serviços.
- b) Mudanças Padrão são aquelas que precisam ser programadas, avaliadas e autorizadas após um processo.
- c) Mudanças Normais são pré-autorizadas e de baixo risco, sendo bem compreendidas e totalmente documentadas e, por isso, podem ser implementadas sem a necessidade de autorização adicional.
- d) Enquanto a prática de Gerenciamento da Mudança Organizacional foca nos aspectos humanos das mudanças, o Controle de Mudanças é focado nas mudanças em produtos e serviços.
- e) O grupo responsável por avaliar mudanças na ITIL 4 se chama Comitê de Mudanças

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

46. Entre as situações abaixo, a única que, necessariamente, se submete ao Princípio da Legalidade é:

- a) Redução e restabelecimento de alíquota da CIDE-Combustíveis.
- b) Fixação de alíquota do ICMS-Combustível.
- c) Alteração da alíquota do IOF.
- d) Alteração da alíquota do IR.
- e) Alteração de Prazo de Recolhimento de Tributo.

47. Conforme regramento constitucional sobre o princípio da não-surpresa, não faz parte das exceções elencadas pelo legislador constituinte para o princípio da anterioridade nonagesimal:

- a) Majoração de alíquota de Imposto de Importação.
- b) Majoração de alíquota de Imposto de Renda.
- c) Instituição de Empréstimo Compulsório para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública.
- d) Instituição de Impostos Extraordinários de Guerra.
- e) Majoração de alíquota de Imposto sobre Produtos Industrializados.

48. Em relação aos conceitos, classificações, princípios e imunidades tributários, indique a alternativa correta.

- a) Pode o Presidente da República editar, em caso de relevância e urgência, medida provisória, com força de lei, para instituir imposto sobre grandes fortunas.
- b) A União, os Estados, e o Distrito Federal, poderão instituir, na iminência ou no caso de guerra externa, Impostos extraordinários de Guerra.
- c) Todas as contribuições, sem exceção, sujeitam-se à lei complementar de normas gerais.
- d) Alíquotas “*ad valorem*” são aquelas que incidem sobre uma unidade de medida específica.
- e) Livros digitais e os equipamentos eletrônicos destinados à sua leitura são imunes à incidência de tributos.

49. Em relação ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU, indique a alternativa correta.

- a) É inconstitucional a fixação de adicional progressivo do imposto predial e territorial urbano em função do número de imóveis do contribuinte.
- b) O IPTU não pode ter sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo, ainda que conforme critérios estabelecidos em lei municipal.
- c) A adoção do IPTU progressivo no tempo é a última medida a ser tomada pelo Poder Público no caso do não cumprimento da função social da propriedade urbana.
- d) A restrição à utilização da propriedade referente a área de preservação permanente em parte do imóvel urbano afasta a incidência do IPTU.
- e) A partir da EC 29/00, o IPTU não poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel.

50. Em relação à legislação tributária, julgue os itens a seguir:

- I-) Em relação ao ICMS, resolução do Congresso Nacional, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos congressistas, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação.
- II-) Segundo o CTN, os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas são normas complementares da legislação tributária.
- III-) À exceção do ICMS, II, IE e IBS, nenhum outro tributo poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica e serviços de telecomunicações.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II, apenas
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

51. Vige em determinado Município lei que isenta do IPTU imóveis com até cinquenta metros quadrados, em que residam famílias que possuam renda “per capita” de até R\$ 250,00 mensais. Ainda, para que haja fruição do benefício fiscal, algum membro da família que reside no imóvel deve ter o direito de usar, gozar e dispor desse imóvel. Em março de 2024, devido a grave crise econômica enfrentada pela Administração Pública desse Município, foi publicada uma lei extinguindo tal benefício fiscal.

De acordo com o CTN e o entendimento dos Tribunais Superiores, julgue as afirmações a seguir, indicando a correta.

- a) Revogada a isenção, o tributo torna-se imediatamente exigível.
- b) A lei que extingue a isenção desse tributo entra em vigor apenas no dia 01/01/2025.
- c) A lei começa a vigorar no Município quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- d) O Município deve aguardar 90 dias da publicação da referida lei para que possa haver a exigência da exação.
- e) A referida família não será atingida pela referida lei, pois a isenção concedida em função de determinadas condições não pode ser livremente suprimida.

52. Em relação à obrigação tributária, fato gerador, sujeito passivo e sujeito ativo, julgue os itens a seguir, indicando o **incorreto**.

- a) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- b) A Obrigação acessória tem por objeto o pagamento de juros, multas e acréscimos financeiros, enquanto a obrigação principal tem por objeto o pagamento de tributos.
- c) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- d) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- e) Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

53. Sobre a responsabilidade tributária, julgue os itens a seguir, indicando o correto.

- a) São solidariamente responsáveis o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos.
- b) São pessoalmente responsáveis as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua fato gerador da obrigação principal.
- c) São solidariamente responsáveis o espólio, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão.
- d) São pessoalmente responsáveis o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação.
- e) A interrupção da prescrição a favor de um dos obrigados prejudica aos demais

54. Julgue as alternativas a seguir de acordo com o CTN, em relação ao crédito tributário, lançamento e modalidades de lançamento, e indique a correta.

- I-) Quando o lançamento se reporta à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada, diz-se que há a retroatividade da lei tributária.
- II-) Quando o valor tributário estiver expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional sempre ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação.
- III-) O CTN prevê expressamente que a competência para constituir o crédito tributário é privativa da autoridade administrativa, razão pela qual essa atividade é indelegável.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

55. Com relação ao lançamento tributário, analise os itens a seguir:

- I-) O lançamento é um procedimento administrativo tendente a determinar a matéria tributável.
- II-) O lançamento é um procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente.
- III-) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

56. São características do Imposto Seletivo, de Competência da União, conforme previsão dada pela Reforma Tributária, exceto: .

- a) incidirá sobre as exportações e sobre as operações com energia elétrica e com telecomunicações.
- b) incidirá uma única vez sobre o bem ou serviço.
- c) não integrará sua própria base de cálculo.
- d) integrará a base de cálculo do IBS.
- e) poderá ter o mesmo fato gerador e base de cálculo de outros tributos.

57. Em relação à moratória, julgue os itens a seguir:

I-) A moratória em caráter individual somente pode ser concedida por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei.

II-) A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

III-) A concessão da moratória em caráter geral gera direito adquirido.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

58. Em relação à exclusão do Crédito Tributário, julgue os itens a seguir:

I-) A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante.

II-) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria; e nem aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

III-) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

59. A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

- a) à situação econômica do sujeito ativo.
- b) ao erro ou ignorância inexcusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato.
- c) a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso.
- d) à diminuta importância da obrigação tributária.
- e) ao interesse do sujeito passivo.

60. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

- a) o nome do devedor e, sempre, o dos corresponsáveis, bem como, sendo o caso, o domicílio ou a residência de um e de outros.
- b) a maneira de calcular a quantia devida.
- c) a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado.
- d) a data em que foi extinta.
- e) sempre, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

FINANÇAS PÚBLICAS*Celso Natale*

61. Considerando o modelo de Tiebout e sua aplicação na análise das finanças públicas em uma federação, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- a) No longo prazo, as estruturas tributárias dos estados que compõem uma federação tenderão a se assemelhar, uma vez que os cidadãos têm a possibilidade de migrar de um estado para outro sem perder sua nacionalidade.
- b) Os estados com maior população sempre terão vantagem competitiva na atração de residentes devido à maior arrecadação tributária per capita, independentemente da qualidade dos serviços públicos oferecidos.
- c) A guerra fiscal entre estados pode ser evitada mediante a adoção do princípio da tributação no destino para os impostos sobre vendas não cumulativos que são de competência estadual.
- d) Os impostos sobre vendas não cumulativos, que são de competência dos entes federativos e possuem alíquotas fixas, beneficiarão os estados cuja produção é maior que o consumo.
- e) A redistribuição da arrecadação de impostos do ente confederado para os estados federados deve ter como um de seus objetivos a redução das desigualdades regionais de renda.

62. As seguintes afirmativas sobre Federalismo Fiscal estão corretas, exceto por uma. Assinale-a.

- a) Busca estabelecer critérios de racionalidade e eficiência econômica que orientem os ajustes na organização das federações, conforme o processo político permita tais mudanças.
- b) É a forma de organização política de um país que permite o exercício do poder em grandes territórios, geralmente com diversidade cultural, econômica e social, por meio da divisão administrativa dos governos em unidades subnacionais.
- c) Visa estudar a distribuição fiscal e as competências entre as diferentes esferas de governo, com o objetivo de alcançar melhor alocação, eficiência na arrecadação de recursos e uma oferta aprimorada de serviços públicos à população.
- d) Seu foco de análise é a maneira como uma federação se organiza entre seus entes federados para otimizar a arrecadação de recursos, visando proporcionar uma melhor oferta dos bens demandados pela população.
- e) Envolve a distribuição das competências fiscais constitucionais entre a União e os entes subnacionais, permitindo que cada um, de forma autônoma, possa arcar com suas despesas.

ORÇAMENTO PÚBLICO

Leandro Ravyelle

63. Durante o exercício financeiro de 2023, o Governo do Estado de Nova Esperança ultrapassou o limite estabelecido para sua dívida pública consolidada, conforme os parâmetros definidos pela legislação federal. A situação exigiu uma revisão das medidas fiscais e financeiras para garantir a adequação ao regime constitucional da dívida pública brasileira. Considerando as disposições constitucionais e legais aplicáveis à gestão da dívida pública no Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição Federal permite que a União assuma, diretamente, as dívidas dos Estados e Municípios sem necessidade de qualquer autorização legislativa, visando a garantir o equilíbrio financeiro nacional.
- b) Os limites para a dívida pública consolidada e mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios são fixados por lei ordinária federal, e sua inobservância não acarreta restrições fiscais aos entes federativos.
- c) O regime constitucional da dívida pública brasileira proíbe expressamente que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios realizem operações de crédito que excedam os limites estabelecidos, exceto em casos de calamidade pública, conforme reconhecido pela Câmara dos Deputados.
- d) A Constituição Federal determina que as operações de crédito realizadas pelos entes federativos não podem, em nenhuma hipótese, exceder o valor das receitas correntes realizadas no exercício, garantindo assim a sustentabilidade da dívida pública.
- e) Em razão de instabilidade econômica ou alterações nas políticas monetária ou cambial, o Presidente da República poderá encaminhar ao Senado Federal ou ao Congresso Nacional solicitação de revisão dos limites da dívida pública.

64. Em 2023, a Prefeitura de Mirante das Flores detectou que uma série de despesas referentes ao fornecimento de materiais adquiridos em 2021 não havia sido paga nem inscrita em restos a pagar ao final daquele exercício. O setor financeiro do município precisa decidir como lidar com essas despesas à luz da legislação vigente sobre restos a pagar e despesas de exercícios anteriores. Considerando a situação descrita e a legislação aplicável, assinale a alternativa correta:

- a) As despesas não pagas e não inscritas em restos a pagar devem ser incluídas automaticamente como restos a pagar no exercício de 2023, mesmo que não tenham sido reconhecidas contabilmente no exercício correspondente.
- b) As despesas não inscritas em restos a pagar em 2021 podem ser pagas como restos a pagar processados no exercício de 2023, desde que haja disponibilidade orçamentária.
- c) Despesas relativas a exercícios anteriores que não foram inscritas em restos a pagar podem ser pagas como despesas de exercícios anteriores no exercício de 2023, desde que sejam reconhecidas pela autoridade competente e haja dotação específica para tal fim.
- d) Despesas não liquidadas ao final do exercício não podem ser inscritas em restos a pagar, devendo ser canceladas automaticamente e não podem ser pagas em exercícios posteriores.
- e) As despesas de exercícios anteriores são automaticamente regularizadas por meio da reabertura do crédito orçamentário no exercício seguinte, independentemente de autorização legislativa ou dotação específica.

65. A Secretaria de Planejamento do Estado de Nova Esperança está se preparando para iniciar o processo orçamentário do próximo exercício financeiro. O secretário destaca a importância de seguir o calendário de elaboração e execução das leis orçamentárias, bem como de definir metas técnicas precisas e cumprir as instruções normativas para a elaboração do orçamento público. Em relação ao processo orçamentário, assinale a alternativa correta:

- a) O Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) deve ser encaminhado ao Poder Legislativo até 31 de outubro de cada ano, e, caso não seja aprovado até essa data, o orçamento anterior será automaticamente revalidado.
- b) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece as metas técnicas para cada exercício financeiro, mas não tem influência direta sobre a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA).
- c) As metas técnicas definidas no processo orçamentário são orientações gerais e não precisam ser detalhadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), devendo ser estabelecidas somente na fase de execução orçamentária.
- d) O processo de elaboração do orçamento público deve considerar as metas fiscais estabelecidas na LDO, que orientam a definição dos limites de despesas na LOA, garantindo a responsabilidade fiscal do ente federativo.
- e) O calendário orçamentário é estabelecido pelo Poder Executivo de cada ente federativo, e não existe prazo constitucional para a aprovação da LOA, que pode ocorrer a qualquer momento do exercício.

CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA

Marcondes Fortaleza

66. Uma empresa fez a emissão de 5.000.000 de debêntures pelo valor nominal unitário de R\$ 1,50 para obtenção de um total de recursos no valor de R\$ 7.500.000,00. As características dos títulos emitidos foram as seguintes:

- Data da emissão: 31/12/2018
- Prazo total: 10 anos
- Taxa de juros: 10% ao ano
- Pagamentos: parcelas anuais de R\$ 1.220.590,46
- Gastos incorridos para a emissão e colocação das debêntures: R\$ 166.668,22

Tendo em vista que havia expectativa de que as taxas de juros sofreriam uma queda nos próximos anos, houve uma grande demanda pelas debêntures emitidas e a empresa conseguiu vendê-las pelo valor total de R\$ 8.000.000,00 e, com isto, a taxa de custo efetivo da emissão foi 9% ao ano.

O valor total das despesas apropriadas no resultado de 2019 e o saldo apresentado no balanço patrimonial em 31/12/2019 para as debêntures emitidas foram, respectivamente, em reais,

- a) 916.668,22 e 7.029.409,52.
- b) 704.999,86 e 7.317.741,18
- c) 675.000,00 e 6.954.409,52.
- d) 720.000,00 e 7.499.409,52.
- e) 886.668,22 e 7.499.409,52.

67. O valor registrado no Patrimônio Líquido da empresa MAVIFOR S.A. era, em determinada data, R\$ 1.000.000,00. A empresa Sorvetes S.A. adquiriu, nessa data, 60% das ações com direito a voto da MAVIFOR S.A. pagando o preço total de R\$ 1.300.000,00 e passando a deter o seu controle. O valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da MAVIFOR S.A. era, nessa mesma data, R\$ 1.200.000,00.

O valor reconhecido no grupo Investimentos do balanço individual da empresa Sorvetes S.A. na data da aquisição foi, em reais,

- a) 600.000,00.
- b) 780.000,00.
- c) 1.000.000,00.
- d) 1.200.000,00.
- e) 1.300.000,00.

68. A empresa MAVIFOR possui um equipamento, cujo valor contábil está demonstrado a seguir:

- Valor de aquisição..... R\$ 400.000,00
- (-) Depr. Acumulada(R\$ 205.000,00)
- (=) Valor contábil..... R\$ 195.000,00

Procedendo-se ao teste de recuperabilidade do valor desses equipamentos (*impairment test*), foram obtidas as seguintes estimativas:

- Valor em Uso..... R\$ 193.500,00
- Valor Justo.....R\$ 194.500,00

Em consequência, a companhia deverá registrar uma perda de ativos no valor, em R\$, de

- a) 0,00.
- b) 500,00.
- c) 2.000,00.
- d) 1.500,00.
- e) 2.500,00.

69. A empresa É Lenha S.A. possuía alguns processos judiciais em andamento, cujas informações são dadas a seguir:

nº do Processo	Provisão Reconhecida em 31/12/2012 (em R\$)	Probabilidade de Perda em 31/12/2013	Valor Reestimado da Perda em 31/12/2013 (em R\$)
1	100.000	Provável	80.000
2	50.000	Possível	60.000
3	0,00	Provável	40.000
4	0,00	Possível	20.000

Com base nestas informações, a empresa É Lenha S.A.

- a) em relação ao processo 1, reconheceu na Demonstração de Resultados de 2013, o valor de R\$ 80.000 como despesa referente às Provisões.
- b) em relação ao processo 2, reconheceu na Demonstração de Resultados de 2013, o valor de R\$ 60.000 como ganho referente às Provisões.
- c) em relação ao processo 3, reconheceu na Demonstração de Resultados de 2013, o valor de R\$ 40.000 como despesa referente às Provisões.
- d) em relação ao processo 4, reconheceu na Demonstração de Resultados de 2013, o valor de R\$ 20.000 como despesa referente às Provisões.
- e) apresentou no Balanço Patrimonial de 31/12/2013, o valor de R\$ 200.000 como Provisão.

70. A Cia. MAVIFOR aplicou R\$ 400.000,00 em dois ativos financeiros, e definiu que metade dos títulos seria avaliada ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e o restante seria mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os títulos possuem as mesmas características, a taxa de juros contratada foi de 1% ao mês e a aplicação ocorreu em 01/12/2019. O valor justo de cada o título, em 31/12/2019, era R\$ 201.000,00. O valor apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício da empresa MAVIFOR a título de Receita Financeira foi, em reais,

- a) 1.000,00.
- b) 2.000,00.
- c) 3.000,00.
- d) 4.000,00.
- e) 5.000,00.

71. A empresa Desenrola S.A. realizou, em 01/12/2019, as seguintes vendas de mercadorias:

- Venda à vista: R\$ 400.000,00
- Venda para receber no longo prazo (15 meses) no valor nominal: R\$ 394.435,00

Se a venda efetuada a prazo tivesse sido realizada à vista o valor total das vendas seria R\$ 750.000,00. Sabendo-se que a taxa de juros praticada pela empresa nas vendas a prazo é 0,8% ao mês, a empresa Desenrola S.A. reconheceu na Demonstração do Resultado de 2019, especificamente com relação às vendas efetuadas em 01/12/2019,

- a) Receita de Vendas = R\$ 794.435,06.
- b) Receita de Vendas = R\$ 750.000,00, apenas.
- c) Receita de Vendas = R\$ 750.000,00 e Receita Financeira = R\$ 12.000,00.
- d) Receita de Vendas = R\$ 750.000,00 e Receita Financeira = R\$ 2.800,00.
- e) Receita de Vendas = R\$ 794.435,00 e Receita Financeira = R\$ 88.871,06.

72. A empresa MAVIFOR S.A. apresentou, em 31 de dezembro de 2020, o total do Patrimônio Líquido no valor de R\$ 100.000,00. Durante o ano de 2021, a empresa apresentou as seguintes movimentações no seu Patrimônio Líquido:

- Integralização de capital em dinheiro:
R\$ 10.000,00
- Aumento de capital com reservas:
R\$ 2.000,00
- Lucro Líquido do Período:
R\$ 40.000,00
- Constituição de reserva legal:
R\$ 2.000,00
- Reversão de reserva para contingência:
R\$ 500,00
- Destinação do lucro para dividendos obrigatórios:
R\$ 20.000,00
- Registro de dividendos adicionais propostos:
R\$ 16.500,00

- Aquisição de ações em tesouraria:
R\$ 5.000,00

O total do Patrimônio Líquido da empresa MAVIFOR S.A. em 31 de dezembro de 2021 foi de:

- a) R\$ 125.000,00.
- b) R\$ 135.000,00.
- c) R\$ 120.000,00.
- d) R\$ 130.000,00.
- e) R\$ 125.500,00.

73. O Patrimônio Líquido da Cia. MAVIFOR, em 31/12/2019, era composto das seguintes contas e respectivos saldos:

Capital Social: R\$ 250.000,00
Reserva Legal: R\$ 47.000,00
Reserva Estatutária: R\$ 25.000,00

No ano de 2019, o lucro líquido apurado pela Cia. foi R\$ 75.000,00. No período, a empresa teve resultado positivo na equivalência patrimonial de R\$ 20.000,00 e receitas para recebimento em 2022 de R\$ 30.000,00.

Além da Reserva Legal prevista na Lei das Sociedades por Ações, o estatuto da Cia. estabelece a seguinte destinação:

Dividendos mínimos obrigatórios: 40% do Lucro Líquido ajustado nos termos da Lei.

Sabendo-se que R\$ 2.000,00 do Lucro Líquido foram decorrentes de incentivos fiscais recebidos pela Cia. e esta, para não tributar este ganho, reteve-o na forma de Reserva de Incentivos Fiscais, o valor da reserva de lucros a realizar será de

- a) R\$ 0,00
- b) R\$ 30.000,00
- c) R\$ 25.750,00
- d) R\$ 28.000,00
- e) R\$ 3.000,00

74. A empresa MAVIFOR possuía as seguintes contas com os respectivos saldos em 30/12/2019: Duplicatas a Receber de Clientes: R\$ 300.000,00; Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa: R\$ 5.000,00; Caixa e Equivalentes de Caixa: R\$ 55.000,00; Contas a Pagar: R\$ 50.000,00 e Patrimônio Líquido: R\$ 300.000,00. No entanto, antes do encerramento do período, a empresa realizou as seguintes transações em 31/12/2019:

- Desconto de uma duplicata de R\$ 10.000,00, 30 dias antes do vencimento, com taxa de desconto comercial de 5% ao mês.
- Reconhecimento da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa. A empresa possui conhecimento de que 3% dos seus clientes nunca pagam suas dívidas.
- Recebimento de um adiantamento do cliente Pedro no valor de R\$ 7.000,00.
- Alienação de Bônus de Subscrição no valor de R\$ 6.000

Ao elaborar o balanço patrimonial de 31/12/2019, o total do patrimônio bruto e o valor do capital próprio da empresa MAVIFOR eram, respectivamente, em reais,

- a) 369.000,00 e 92.000,00.
- b) 363.500,00 e 297.000,00.
- c) 368.500,00 e 91.500,00.
- d) 368.500,00 e 302.000,00.
- e) 369.000,00 e 92.000,00.

75. Uma empresa realizou, em 31/12/2019, um contrato de arrendamento de um equipamento industrial. O contrato tem prazo de 4 anos, a empresa pagará 4 parcelas anuais de R\$ 418.669,41, vencendo-se a primeira parcela em 31/12/2020, e a taxa implícita de juros no contrato é 7% ao ano. O valor presente das parcelas do contrato, na data de início do arrendamento, era R\$ 2.500.000,00 (igual ao valor justo do equipamento) e a empresa pretende ficar com o equipamento após o término do contrato. A vida útil estimada para o equipamento é 10 anos e o valor residual esperado é R\$ 400.000,00.

Com base nestas informações, a despesa total reconhecida na Demonstração do Resultado de 2020, decorrente da operação de arrendamento realizada foi, em reais,

- a) 385.000,00.
- b) 210.000,00.
- c) 175.000,00
- d) 375.000,00.
- e) 418.669,41.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

76. Considerando o que determina o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) em relação às receitas públicas, são consideradas como receitas originárias as provenientes de

- a) impostos
- b) preços públicos
- c) contribuições de melhoria
- d) contribuições especiais
- e) taxas

77. “Compreendem os bens, tais como edifícios ou terrenos, destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual ou municipal, inclusive os de suas autarquias e fundações públicas, como imóveis residenciais, terrenos, glebas, aquartelamento, aeroportos, açudes, fazendas, museus, hospitais, hotéis dentre outros.”.

Assinale a opção que indica corretamente qual classificação de bem público está descrita acima:

- a) Bens de uso especial
- b) Bens Dominiais
- c) Bens de uso comum do povo
- d) Bens imóveis em andamento
- e) Bens do patrimônio cultural.

78. “Corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente”.

Assinale a opção que indica corretamente qual estágio da receita está descrito acima:

- a) Previsão
- b) Lançamento
- c) Transferência
- d) Arrecadação
- e) Recolhimento

79. Acerca do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), pode-se afirmar corretamente que:

- a) A utilização do PCASP é obrigatória para todos os órgãos e entidades da administração direta e da administração indireta dos entes da Federação, incluindo seus fundos, autarquias, inclusive especiais, fundações, e empresas estatais independentes.
- b) Os entes da Federação não podem detalhar a conta contábil nos níveis posteriores ao nível apresentado na relação de contas do PCASP.
- c) Apesar de ser uma regra geral a utilização do 5º Nível - Consolidação para as contas de classe 1, 2, 3 e 4 do PCASP, há casos excepcionais em que é possível sua utilização, para fins de consolidação, com as contas de classe 7 e 8.
- d) As contas com os dígitos 3, 4 e 5 (Inter OFSS) no nível de consolidação identificarão as operações decorrentes de transações entre entidades que pertencem a OFSS do mesmo ente público.
- e) O PCASP utiliza as letras (F) ou (P) para indicar se são contas de ativo ou passivo financeiro ou permanente, respectivamente. Não é possível que algumas contas tenham parte do seu saldo com atributo financeiro e outra parte com atributo permanente.

Atenção: Para responder à questão a seguir, considere que a prefeitura do Município Audazes dos Pampas apresentou as seguintes transações ocorridas no exercício financeiro de 20X1.

- I. Lançamento e arrecadação de receitas de Impostos no valor de R\$ 15.200.000,00.
- II. Arrecadação da receita de aluguéis, referente a dezembro de 20X0, no valor de R\$ 190.000,00.
- III. Empenho e liquidação de despesa corrente com Pessoal e Encargos Sociais, referentes a janeiro de 20X1, no valor de R\$ 5.200.000,00. A despesa foi paga, pelo valor total empenhado, no mês de fevereiro de 20X1.
- IV. Reconhecimento de ajustes com perdas no estoque pelo valor de R\$ 240.000,00.
- V. Empenho e liquidação de despesa com material de consumo no valor de R\$ 400.000,00. A despesa foi paga ao fornecedor, pelo valor total do empenho, em janeiro de 20X2.
- VI. Utilização de material de consumo no valor de R\$ 260.000,00 na prestação de serviços.
- VII. Reconhecimento mensal de depreciação dos ativos imobilizados no valor de R\$ 160.000,00.
- VIII. Pagamento de restos a pagar processados inscritos em 31/12/20X0 referentes a despesas correntes com serviços de terceiros – pessoa jurídica no valor de R\$ 140.000,00.
- IX. Pagamento de depósito em caução no valor de R\$ 100.000,00. O recebimento aconteceu em dezembro de 20X0.

80. Com base nessas informações, o resultado financeiro do exercício de 20X1 apurado pelo Município Audazes dos Pampas teve um aumento de

- a) 9.600.000,00
- b) 9.630.000,00
- c) 9.650.000,00
- d) 9.950.000,00
- e) 10.050.000,00

AUDITORIA

Tonyvan Carvalho

81. Em um trabalho de auditoria, ao analisar a conta de despesas com pessoal para fins de controle e acompanhamento dos limites fiscais impostos a esse tipo de despesa, um auditor verificou que despesas com contratação de serviços terceirizados com mão de obra em regime de dedicação exclusiva foram indevidamente consideradas como despesa de pessoal. Nesse caso, a conta de despesas com pessoal deve:

- a) passar pelos testes principal e secundário de avaliação de saldos;
- b) passar por procedimentos de revisão analítica a cada quadrimestre;
- c) ser analisada em testes secundários para verificação do cumprimento do respectivo limite;
- d) ser submetida a teste principal para superavaliação;
- e) ter seu saldo registrado como evidência de fraude fiscal.

82. De acordo com a NBC TA Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, assinale a opção que apresenta os riscos do trabalho que não dependem diretamente do auditor independente.

- a) Inerente e de controle.
- b) Inerente e de detecção.
- c) de avaliação e de controle.
- d) de detecção e de mensuração.
- e) de mensuração e de avaliação.

83. O planejamento de um trabalho de auditoria previa a avaliação dos controles internos relativos aos processos de recebimento e distribuição de materiais do almoxarifado de uma entidade. Trata-se de processos informatizados que envolvem pessoas e controles de acesso, mas que não estão plenamente integrados a todos os sistemas de suporte à gestão da entidade. Nesse caso o auditor deve realizar:

- a) procedimentos analíticos;
- b) técnicas de conciliação;
- c) testes de detalhes;
- d) testes de observância;
- e) testes substantivos.

84. Um auditor foi designado para uma equipe de trabalho de auditoria em uma entidade pública e uma das suas atribuições foi analisar o orçamento da entidade nos últimos cinco anos, com foco no comportamento das rubricas mais representativas em termos de valores orçados e realizados. O objetivo era buscar evidências de variações relevantes. Um procedimento recomendado para essa atribuição é:

- a) revisão analítica;
- b) conferência de cálculos;
- c) inspeção de documentos;
- d) circularização interna;
- e) teste de detalhes de saldos.

85. Um auditor está fazendo um trabalho de auditoria em uma entidade que administra 81 contratos de prestação de serviços continuados, para os quais foram realizadas 972 medições ao longo do exercício financeiro objeto da auditoria. Uma parte desses contratos estava no primeiro ano e outra parte era de contratos que já tinham sido renovados pelo menos uma vez. O auditor precisava selecionar amostras aleatórias em cada um desses grupos de contratos e, para isso, deveria aplicar uma amostragem:

- a) por quotas;
- b) aleatória simples;
- c) aleatória sistemática;
- d) aleatória estratificada;
- e) por unidades monetárias.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Rafael Henze

86. Em relação às medidas que podem ser tomadas contra um estabelecimento em Jaboaão dos Guararapes por infrações à legislação tributária, qual das seguintes afirmações é correta?

- a) A interdição de um estabelecimento pode ser determinada pelo Prefeito, sem necessidade de justificativa formal.
- b) A interdição só pode ser realizada após decisão judicial definitiva.
- c) A interdição pode ser determinada pelo Secretário Municipal da Fazenda, desde que seja emitido um despacho fundamentado.
- d) A interdição não pode ser superior a 30 dias, independentemente do despacho emitido.
- e) O estabelecimento pode ser interditado imediatamente após a identificação de qualquer irregularidade, por ato da autoridade fiscal.

87. Durante uma fiscalização em um estabelecimento em Jaboaão dos Guararapes, a autoridade fiscal constatou a prática de sonegação fiscal, configurando crime. Quem é responsável por efetuar a representação junto ao Ministério Público?

- a) O Prefeito de Jaboaão dos Guararapes.
- b) O Procurador Geral do Município, sozinho.
- c) O Secretário Municipal da Fazenda, sozinho.
- d) O Secretário Municipal da Fazenda, juntamente com o Procurador Geral do Município.
- e) A autoridade fiscal que realizou a fiscalização.

88. No município de Jaboatão dos Guararapes, os débitos para com a Fazenda Pública Municipal, sejam eles tributários ou não, podem ser parcelados. Considerando as regras de parcelamento, qual das alternativas está correta?

- a) Débitos de até R\$ 50.000,00 podem ser parcelados em até 60 meses.
- b) Débitos superiores a R\$ 50.000,00 podem ser parcelados em até 48 meses.
- c) Débitos de até R\$ 50.000,00 podem ser parcelados em até 48 meses.
- d) Todos os débitos, independentemente do valor, podem ser parcelados em até 60 meses.
- e) Débitos superiores a R\$ 50.000,00 não podem ser parcelados

89. De acordo com o Código Tributário Nacional, para efeitos do Imposto Predial e Territorial Urbano, entende-se como zona urbana a definida

- a) na Constituição Federal.
- b) no Estatuto da Terra.
- c) em lei estadual.
- d) em lei municipal.
- e) na Lei Orgânica.

90. Durante o processo de cobrança de um crédito tributário no município de Jaboatão dos Guararapes, em que momento cessa a competência da Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda (SPF)?

- a) Quando o débito é parcelado pelo contribuinte.
- b) Quando a dívida é inscrita em dívida ativa.
- c) Quando o contribuinte apresenta defesa administrativa.
- d) Quando a Certidão de Dívida Ativa é encaminhada para a Procuradoria Geral do Município (PGM).
- e) Quando a dívida é paga integralmente pelo contribuinte.

91. No município de Jaboatão dos Guararapes, algumas situações específicas estão isentas do pagamento de ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis). Qual das alternativas a seguir não representa uma transmissão protegida por isenção?

- a) A primeira aquisição de imóveis componentes de conjuntos habitacionais financiados ou construídos pelo Serviço Social Agamenon Magalhães.
- b) A aquisição de imóvel para residência própria, feita por servidor(a) efetivo(a) do Município do Jaboatão dos Guararapes ou viúva(o) de servidor(a).
- c) A aquisição de imóvel para residência própria feita por ex-combatente brasileiro da Segunda Guerra Mundial.
- d) A primeira aquisição de imóvel residencial, financiado com base nos programas de habitação popular do Estado de Pernambuco, sob responsabilidade da CEHAB.
- e) A aquisição de imóvel por empresa da área de tecnologia da informação sediada no polo tecnológico da cidade.

92. Em relação ao ITBI de competência municipal, analise as seguintes assertivas:

- I. A transmissão Inter Vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, conforme definido no Código Civil é fato gerador do ITBI.
- II. A transmissão Inter Vivos, por ato não oneroso, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia é fato gerador do ITBI.
- III. A cessão Inter Vivos, por ato oneroso, de direitos à aquisição de imóveis é fato gerador do ITBI.
- IV. A transmissão de propriedade imobiliária por sucessão hereditária é fato gerador do ITBI.
- V. A transmissão Inter Vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens móveis, por natureza ou por acessão física, conforme definido no Código Civil é fato gerador do ITBI.

Assinale a alternativa que representa as assertivas corretas entre as apresentadas:

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) II e V.
- d) I e IV.
- e) I e III.

93. Com relação ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), assinale a alternativa correta.

- a) Segundo fixado em tese de repercussão geral, a imunidade constitucional sobre imóveis incorporados à pessoa jurídica alcança o valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado.
- b) Conforme o texto constitucional, pode ter alíquota progressiva segundo a sua função social.
- c) Em uma aquisição em hasta pública, o valor da base de cálculo do imposto será o de avaliação do imóvel
- d) De acordo com previsão do Código Tributário Nacional, suas alíquotas poderão ser progressivas de acordo com a capacidade contributiva do adquirente.

e) O STJ entende que, no caso de anulação da venda do imóvel, o valor pago a título de ITBI é passível de restituição

94. No que diz respeito ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos (ITBI), julgue os itens que se seguem:

- I. Não serão lavrados, registrados, inscritos, autenticados ou averbados pelos tabeliões, escriturais e oficiais de registro geral de imóveis, os atos e termos de seus cargos sem a prova de pagamento do imposto, quando devido.
 - II. O valor da transação declarado pelo contribuinte goza da presunção de que é condizente com o valor de mercado, que somente pode ser afastada pelo fisco mediante a regular instauração de processo administrativo próprio
 - III. O imposto incide no ato de pagamento pela transferência da propriedade
 - IV. A base de cálculo do ITBI é o valor venal do imóvel utilizado para o cálculo da base de cálculo do IPTU
- Assinale a opção que representa as assertivas corretas:

- a) I e II
- b) II e IV
- c) III e IV
- d) II e III
- e) I e III

95. No município de Jaboaão dos Guararapes, a contribuição de melhoria pode ser cobrada de diferentes pessoas relacionadas a um imóvel beneficiado pela execução de obra pública. Considerando essa informação, qual das alternativas a seguir não representa uma pessoa obrigada a pagar a contribuição de melhoria?

- a) O proprietário do imóvel beneficiado pela obra pública.
- b) O possuidor, a qualquer título, do imóvel beneficiado pela obra pública.
- c) O titular do domínio útil do imóvel ao tempo da execução da obra.
- d) O incorporador do loteamento em fase de venda.
- e) O organizador de loteamento que ainda não está completamente edificado.

96. Em Jaboaão dos Guararapes, como deve ocorrer a cobrança do ISS (Imposto Sobre Serviços) para um contribuinte que exerce mais de uma atividade, seja de forma permanente ou eventual?

- a) O contribuinte deve pagar o imposto apenas pela atividade que gera maior receita.
- b) O ISS será cobrado sobre a atividade principal, e as demais atividades ficam isentas.
- c) O contribuinte será sujeito ao imposto que incidir sobre cada uma das atividades que exerce.
- d) O imposto será calculado de forma conjunta, considerando todas as atividades como uma só.
- e) Profissionais autônomos estão isentos do pagamento do ISS para atividades secundárias.

97. No município de Jaboaão dos Guararapes, como deve ser calculada a base de cálculo do ISS (Imposto Sobre Serviços) quando a contraprestação ocorre por meio de troca de serviços sem ajuste de preço ou mediante o fornecimento de mercadorias?

- a) A base de cálculo será o valor acordado entre as partes, independentemente do mercado.

- b) A base de cálculo será nula, pois não há ajuste de preço.
- c) A base de cálculo será o preço do serviço corrente na praça.
- d) O ISS não incide em trocas de serviços, apenas em transações monetárias.
- e) A base de cálculo será o valor de mercado das mercadorias fornecidas.

98. Em Jaboaão dos Guararapes, ao calcular a base de cálculo do ISS (Imposto Sobre Serviços) por arbitramento, algumas parcelas devem ser consideradas, acrescidas de 50%. Qual das alternativas não apresenta uma dessas parcelas?

- a) O valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados.
- b) A folha mensal de salários pagos, adicionadas de honorários ou pró-labore de diretores e retiradas de sócios.
- c) O aluguel mensal do imóvel, das máquinas e equipamentos, ou 1% do valor desses bens, se forem próprios.
- d) Despesas com fornecimento de água, luz, força, telefone e demais encargos mensais obrigatórios do contribuinte.
- e) O valor correspondente ao lucro líquido da empresa apurado no exercício fiscal anterior.

99. No município de Jaboaão dos Guararapes, o Programa IPTU Verde concede reduções no imposto para imóveis que adotem práticas sustentáveis. Qual é o percentual de redução do IPTU para um imóvel que disponha de sistema de captação e reaproveitamento de águas pluviais?

- a) 1%
- b) 2%
- c) 3%
- d) 5%
- e) 10%

- 100.** No município de Jaboatão dos Guararapes, algumas categorias têm direito a uma redução de 50% no IPTU. Considerando as regras de isenção parcial e o cumprimento dos outros requisitos estabelecidos por lei, qual das alternativas a seguir não faz jus a essa redução de 50%?
- a) Órgãos de classe em relação aos prédios de sua propriedade, onde estejam instalados e funcionando seus serviços.
 - b) Servidor público efetivo, ativo ou inativo, do Município do Jaboatão dos Guararapes.
 - c) Ex-combatente brasileiro da Segunda Guerra Mundial.
 - d) Cônjuge supérstite de servidor público efetivo, ativo ou inativo do Jaboatão dos Guararapes, enquanto no estado de viuvez.
 - e) os imóveis utilizados para a prestação de serviços, exclusivamente a terceiros, relativos às atividades de Teletendimento (*Call Center*),
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
